



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA,
REDAÇÃO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 029/2024.

AUTORIA: EXMO. SR. CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

**ASSUNTO: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.034/2014, QUE DISPÕE SOBRE O
PROGRAMA DENOMINADO COMPRA ASSISTIDA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**EMENTA: PLE Nº 029/24 – ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 4.034/14. PROGRAMA
COMPRA ASSISTIDA. LEGALIDADE. PROSSEGUIMENTO.**

Trata-se de Projeto de Lei do Executivo (de nº 029/2024), o qual altera a Lei Municipal nº 4.034/2014, que dispõe sobre o programa denominado Compra Assistida, e dá outras providências. Vindo o mesmo a esta CCJ, passa a mesma – no uso de suas atribuições e competências regimentais, *ex vi* do **art. 26, I, II e III, do Regimento Interno** – a opinar acerca do mesmo, via parecer com vistas à análise de sua constitucionalidade e legalidade, conforme a seguir:

O presente projeto de Lei amplia o escopo da Lei Municipal nº 4.034/2014, ao alterar seu art. 1º e parágrafo único e ainda ao acrescentar parágrafo único ao art. 2º. A Norma em comento, em sua redação original, prevê a instituição do Programa Compra Assistida, para a realocação de moradores de áreas atingidas por catástrofes naturais, nas localidades de Morro de Santana e Ladeira de Santana e Morro de São Jorge, Encosta do Castelo e Vila Muriá, cuja residência esteja em situação de risco iminente, e era destinado exclusivamente para compra de imóvel de pessoa ou família que esteja em área de risco e com imóvel interditado com indicação de demolição.

A nova redação em tela prevê que o Programa Compra Assistida visa a realocação de moradores como medida eficaz para a preservação e fomento ao direito social à moradia, previsto no art. 6º da CF/88, cláusula pétrea que dispensa panegíricos.



Nos termos da nova redação do parágrafo único do art. 1º, há três hipóteses justificadoras à aplicação do programa, que não mais se restringe à realocação de pessoa ou família em áreas de risco e não se limita às localidades atingidas por catástrofes naturais supracitadas, mas prevê ainda o reassentamento de famílias tanto ocupantes de áreas de risco como também de imóveis interditados, além da hipótese de reassentamento de famílias para viabilizar intervenções urbanas e obras públicas, bem como, de reassentamento de famílias como parte de projetos de políticas públicas de regularização fundiária, delimitando – no novel parágrafo único do art. 2º a ser acrescentado – as pessoas e famílias contempláveis pelo Programa a uma renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos.

Na realidade, a ampliação do programa atende aos princípios e direitos fundamentais e garantias constitucionais de moradia e de dignidade da pessoa humana, bem como contribui para melhor planejamento urbano e políticas públicas das áreas de habitação, obras, regularização fundiária e afins, e estende beneficentemente à população as hipóteses de aplicação e não mais se restringe à necessidade do poder público de prestar os benvidos auxílios financeiros a cidadãos atingidos por catástrofes naturais, mas também a políticas de reassentamento urbano com cidadania e enfoque nos direitos humanos.

O projeto em tela igualmente está em consonância com os artigos 69, II c/c 73, VI, da Lei Orgânica Municipal – LOM.

Desta feita, quanto aos fins a que se destina, o PLE em comento preenche os requisitos da norma de regência quanto à constitucionalidade e à legalidade, sem prejuízo de servir ao interesse público e aos direitos humanos, tal como cabia opinar quanto ao art. 26, I e II, do RI desta Casa.

Já no que tange à técnica legislativa e à redação, com estribo no art. 11 da Lei Complementar nº 95/98, bem como na norma culta da Língua Portuguesa em seus aspectos gramaticais, o presente PLE obedece às exigências legais e regimentais de um cálamo lógico, claro e conciso, do que é irretocável a ponto de dispensar correções redacionais, de modo a preencher os requisitos regimentais e normativos, tal como cabia opinar quanto ao art. 26, III, do RI desta Casa de Leis.

Por conseguinte, não se vislumbra óbice algum quanto à iniciativa do referido projeto. Assim, estando a matéria em conformidade com os ditames legais, na forma do art. 26 c/c art. 35, I do Regimento Interno, esta Comissão **opina pelo PROSSEGUIMENTO** e consequente debate e votação em plenário desta Casa, uma vez que preenche os requisitos necessários para sua tramitação.



CÂMARA
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Macaé Capital da Energia
Lei Estadual nº 6.081 de 21/11/2011

Sala das Comissões, 21 de Fevereiro de 2025.

Denis Marques Ribeiro Madureira Sabino

Vereador



Vereador	Membros	Voto do Parecer	Assinatura
Professor Michel	Presidente	() De Acordo () Contrário	
Denis Madureira	Relator	(X) De Acordo () Contrário	
Rond Macaé	Titular	(X) De Acordo () Contrário	
Manu Rezende	Suplente	(X) De Acordo () Contrário	

Parecer: () Aprovado () Rejeitado